

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ICÓ/CE UM LUGAR DE MEMÓRIAS

ANTONIO JOSÉ LIMA PEREIRA

Estratégias didáticas em educação patrimonial
Icó/CE um lugar de memórias

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ICÓ/CE UM LUGAR DE MEMÓRIAS

ANTONIO JOSÉ LIMA PEREIRA

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues	Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimilino
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani	Prof. Dr. Juan Droguett
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi	Profa. Dra. Ligia Vercelli
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna	Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Carlos Bauer	Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha	Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida	Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista	Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Fábio Régio Bento	Prof. Dr. Romualdo Dias
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira	Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa	Profa. Dra. Thelma Lessa
	Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Comitê Editorial para Publicações de História

Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro; Dra. Marileide Lázara Cassoli;
Dr. Magno Francisco de Jesus Santos; Dra. Silene Ferreira Claro;
Ma. Tatiane de Jesus Chates

©2022 Antonio José Lima Pereira

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P489e

Pereira, Antonio José Lima

Estratégias didáticas em educação patrimonial: Icó/CE um lugar de memórias / Antonio José Lima Pereira. - 1. ed. - Jundiá [SP] : Paco, 2022.
84 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-462-2211-7

1. Patrimônio cultural - Proteção - Estudo e ensino - Icó (CE). 2. Didática. 3. Professores de história - Formação. I. Título.

22-81658 CDD: 370.71
CDU: 37.026:94

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiá-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

Aos meus pais

Olegário José Pereira e Maria José Lima Pereira

(In memoriam)

Mais do que estratégias didáticas em educação patrimonial, esta cartilha é o resultado de anos de estudos, observações e trocas de saberes com estudantes e professores. O desejo em contribuir com a educação, com uma reflexão sobre o processo de tombamento da cidade de Icó/CE e o fazer didático, se tornou possível com os conhecimentos aprendidos no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), ofertado pela Universidade Regional do Cariri (Urca), com o apoio de familiares, da minha orientadora a Profa. Dra. Ana Isabel Cortez Reis, demais professores e colegas de Mestrado. Bem como aos amigos, estabelecimentos de ensino, professores e tantos outros que direta ou indiretamente colaboraram com a realização deste projeto.

Meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
1. ICÓ/CE, A CIDADE MONUMENTO E DOCUMENTO	13
1. Icó: o sertão, o Salgado e a gente	14
2. Heranças do passado: arquitetura, história e tradições	26
2. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	35
1. O professor como mediador em Educação Patrimonial: estratégias didáticas	35
2. Construindo uma proposta didática em Educação Patrimonial	38
3. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	43
1. Alguns questionamentos sobre o trabalho com a proposta de educação patrimonial e alguns conceitos inseridos nas estratégias didáticas que são importantes para a compreensão do objeto de estudo	43
2. Conceitos em Educação Patrimonial	46
4. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	49
Oficina: Um milagre pode acontecer	52
Oficina: A praça em festa: Vai passar o cortejo real!	55
Oficina: Conversas no Mercado Público	57
Oficina: O ofício dos construtores	59
Oficina: Do caminho das boiadas ao traçado das ruas de Icó/CE	65
Oficina: Que os ventos do Aracati nos tragam notícias	68
Oficina: Sarau artístico e literário	70
Oficina: Eu, guia do patrimônio de Icó/CE	71

Oficina: Patrimônio e presente, um diálogo possível (?)	74
ANEXO	77
REFERÊNCIAS	79

PREFÁCIO

A cartilha *Estratégias didáticas em Educação Patrimonial: Icó/CE um lugar de memórias* foi elaborada por Antonio José Lima Pereira e apresentada no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Urca, como forma de dialogar com os professores de História da cidade de Icó, no Ceará, para a docência sobre a história e o patrimônio do município.

Icó, no Ceará, diferente da maioria das outras cidades do sertão nordestino, tem grande parte de seu perímetro urbano reconhecido e tombado pelo Iphan como patrimônio cultural: são casarões, igrejas, ruas inteiras de fachadas tombadas, artes sacras e manifestações populares, numa ação que busca preservar o passado, mas que também interfere sensivelmente no cotidiano de seus proprietários, principalmente, e da população em geral.

Com uma posição privilegiada, de morador da cidade, advogado e professor de História, nessa obra, o autor encontra um lugar de mediação da relação público x privado, entre o Iphan e a população da cidade, e desenvolve uma forma de mediação em educação patrimonial. Esta estratégia de sensibilização deve mediar os conflitos passados, mas, sobretudo, deve contribuir no estabelecimento de relações mais interativas entre os envolvidos, agora e no futuro, ao ensinar jovens, adultos e crianças – a cartilha tem esse potencial à medida que se destina ao ensino – a lidar com o patrimônio cultural da cidade como instrumento de aprendizado e promoção do desenvolvimento econômico cidadão.

A análise, extremamente didática, situa o leitor sobre o processo histórico do tombamento ocorrido em Icó, no debate historiográfico sobre as relações entre História e Educação Patrimonial e também propõe oficinas, voltadas ao Ensino Básico. Com diferentes abordagens e linguagens para o ensino, as oficinas são enriquecidas com imagens da cidade, recortes de jornais, trechos manuscritos de viajantes, além das indicações de bibliografias e ideias para a dinamização das atividades, todos articulados em empolgantes e detalhados planos de trabalhos e itinerários de estudo.

Estratégias didáticas em Educação Patrimonial: Icó/CE um lugar de memórias sugere, por fim, a sensibilidade e apreço pela cidade, somente possível a um filho da terra!

Boa Leitura e Bom Trabalho!

Profª. Dra. Ana Isabel R. P. Cortez Reis
ProfHistória – Urca

APRESENTAÇÃO

A cidade de Icó/CE é um lugar de memórias e possui um conjunto arquitetônico e urbanístico que foi reconhecido como patrimônio cultural. Seus prédios, ruas, praças, objetos mobiliários e de arte sacra, sua história, manifestações populares, dentre outros, compõem um importante acervo identitário.

Reconhecer o valor do patrimônio cultural e perceber as potencialidades para a promoção do desenvolvimento econômico e social local deve ser um ideal buscado por toda a sociedade. Ações preservacionistas não precisam se limitar às reformas, restauros ou recuperações de bens imóveis, mas também, podem acontecer por ações de sensibilização e mediação em educação patrimonial.

Educação patrimonial é uma temática relacionada ao ensino de História, mas possível de utilização por outras áreas do conhecimento e por diferentes mediadores. Quando a temática é desenvolvida utilizando estratégias em formato de oficinas, possibilita aos participantes construir conhecimentos e pensar estratégias para reconhecer, valorizar e preservar seus marcos de memória.

Como forma de colaborar no processo de mediação em educação patrimonial, tendo como objeto o patrimônio cultural de Icó/CE, elaboramos esta cartilha, como produto didático da dissertação de mestrado intitulada “Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação”, com informações sobre educação patrimonial, conceitos que podem ser abordados sobre o tema, estratégias didáticas em formato de oficinas e material de apoio.

Esperamos que este produto possa servir para compreensão sobre o tema e sua aplicação em escolas, reuniões de grupos, encontros comunitários, dentre outros.

Boa leitura!

Prof. Me. Antonio José Lima Pereira

1. ICÓ/CE, A CIDADE MONUMENTO E DOCUMENTO

A cidade de Icó/CE foi uma das cidades incluídas no Programa de Cidades Históricas (PCH)¹ do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Minciplan) na década de 1970, e até o ano de 1997, quando foi tombada como patrimônio histórico e artístico nacional, foi objeto de levantamentos e projetos de preservação. Contudo, neste período apenas dois prédios foram tombados de forma isolada, a Casa de Câmara e Cadeia em 1975 e o Teatro da Ribeira dos Icó em 1983. Um reflexo do período “heroico” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da concepção de preservação baseada em elementos singulares da arquitetura e do valor histórico dos monumentos.

O lapso temporal entre os primeiros estudos para o tombamento e sua concretização, foi permeado por mudanças na concepção sobre o que é patrimônio cultural e a política de preservação². Como elemento principal de mudança, destacamos a concepção de cidade-monumento ao privilegiar a eleição de monumentos exemplares da arquitetura, para cidade-documento, ao considerar os aspectos da evolução histórico-urbana com a formação social, econômica e cultural. Com base nesta concepção de cidade-documento, faremos uma breve exposição sobre a cidade de Icó/CE, o conjunto que compõe o patrimônio cultural e os espaços de memória, como recurso para compreensão do lugar como objeto para estudos e práticas em educação patrimonial.

1. O PCH-Minciplan tinha por objetivo promover a recuperação das cidades históricas da região Nordeste, com apoio dos Estados, para promover ações culturais e preservacionista. Disponível em: <https://bit.ly/3QQbBPY>. Acesso em: 23 jan. 2020.

2. Recomendo a leitura da dissertação “Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação” nos tópicos que tratam sobre a trajetória da patrimonialização no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3cuFvux>. Acesso em: 14 out. 2022.

1. Icó: o sertão, o Salgado e a gente

A ocupação do território no Brasil durante os primeiros anos da colonização portuguesa, aponta para diferentes frentes conforme os interesses econômicos. Com relação à colonização da capitania do Ceará, a historiografia ressalta o processo de interiorização como resultado da atividade pecuária. Jucá Neto (2012) afirma que o sertão não oferecia no início do século XVII condições naturais para o plantio de cana-de-açúcar e este seria o motivo para o retardo na exploração. Para Leonardo Cândido Rolim (2012) um dos principais motivos para o atraso na instalação dos currais de criar gado e da ocupação das terras cearenses foi a resistência das tribos indígenas chamadas de *tapuia*. Com isso, para que pudessem efetivar o projeto de colonização foi necessário combater, exterminar e dominar os povos indígenas.

O processo de ocupação esteve atrelado às viagens exploratórias, provavelmente motivadas pela busca de benefícios materiais, com a possibilidade de encontrar metais preciosos. Sobre o processo oficial de ocupação do Ceará, Capistrano de Abreu (1899, p. 25) afirma que:

Em 1603, Pero Coelho parte da Parahyba, desembarca em plagas cearenses, mas em pouco é obrigado a retirar-se vencido e arruinado. Não são mais felizes os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira em sua tentativa em 1607. Enfim, Martim Soares Moreno, companheiro de Pero Coelho, conhecedor da língua dos Índios, nomeado capitão-mor do Rio Grande do Norte, consegue as sympathias dos indígenas vizinhos, e improvisa um fortim, princípio da colonização da capitania a que seu nome conserva-se indissolúvelmente associado.

De modo breve, Capistrano de Abreu apresenta as tentativas de conquista da capitania do Ceará por Pero Coelho que resultaram em fracasso e no abandono das terras. Como também para o que denomina “princípio da colonização da capitania” por Martim Soares Moreno, que se destacou pela habilidade em lidar com os nati-

vos, ao passo que firmou aliança, facilitando a construção do Forte do Rosário. Assim como desenvolveu atividades produtivas, nas terras recebidas em concessão, como a criação de gado e o plantio da cana-de-açúcar e outros gêneros.

Para Jucá Neto (2012) a saída de Martim Soares Moreno resultou na dominação do Ceará pelos holandeses e posteriormente sua incorporação pela Capitania de Pernambuco em 1656. A falta de um controle direto resultou num novo processo de ocupação das terras do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e do Ceará, por criadores de gado do Pernambuco e da Bahia. Estes avançaram em busca de novos espaços para suas criações e aos poucos estabeleceram novos currais que se tornaram núcleos urbanos, como destaca Capistrano de Abreu (1899, p. 30) “os terrenos próprios à criação do gado são aqueles que mais depressa se povoam”.

O processo de ocupação do sertão com a formação de currais de criar gado, dentre outras condições, se tornou possível com o projeto de expansão dos domínios coloniais e pela manutenção das áreas agrícolas litorâneas para o cultivo da cana-de-açúcar, onde o interior funcionou como área de produção subsidiária. Assim, duas foram as frentes sertanistas, a primeira partindo do Pernambuco pelo litoral que ficou conhecida por Sertão de Fora e a que seguiu as margens dos rios Jaguaribe, Apodi, Mossoró e Piranhas seguidas por colonos migrantes da capitania da Bahia e do Pernambuco, na rota conhecida por Sertão de Dentro.

Jucá Neto (2012) assevera que a chegada dos criadores de gado no interior da província do Ceará teve como um dos entraves, os conflitos com os nativos da nação tapuia³. Habitavam o sertão cearense, dentre outras, as tribos dos *icos*, *icozinhos*, *calabaços* e *anauas*. Para este autor, a incompreensão da linguagem tapuia e o fato de

3. Pedro Puntoni (2002) elucida que o termo “tapuia” usado inicialmente para designar os nativos que habitavam a margem do rio Maranhão, passou a designar um conjunto de tribos heterogêneas mas com uma língua comum, diferente da língua geral das tribos litorâneas, a tupi.

serem tribos hostis, seriam os principais motivos para os conflitos com os colonos. Vale ressaltar que Capistrano de Abreu (1899), ao tratar sobre os nativos, aponta para uma compreensão de sua língua por Martim Soares Moreno, o que facilitou a efetivação de sua posse. Bem como, quando de sua saída, em que os índios buscaram os holandeses para fazer uma aliança.

Embora haja divergências quanto à hostilidade ou passividade dos nativos, vários conflitos com colonos dificultaram a efetivação do estabelecimento dos criadores de gado nas terras do sertão. Leonardo Rolim (2012) a respeito dos conflitos entre colonos e indígenas cita a violência dos colonizadores contra os não convertidos e os já aldeados, como os raptos de mulheres e filhos, a exploração do trabalho e as relações de concubinato. Dessa forma, o discurso da hostilidade serviu para justificar a exploração ou a dizimação dos povos indígenas da região.

Os conflitos envolvendo colonos e os povos tapuias ficaram conhecidos por Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris. Para Puntoni (2002, p. 77), esta guerra “foi igualmente tomada pela historiografia como uma confederação das tribos hostis ao império português, um genuíno movimento organizado de resistência ao colonizador”, se referindo ao fato de que várias tribos se aliaram no combate. Ao final o conflito foi marcado pelo extermínio de tribos inteiras, por aldeamentos, pela introdução de indígenas no trabalho nas fazendas e pela efetivação da posse da terra pelos pecuaristas, ao passo que relegou ao esquecimento a participação destes povos na formação da história local.



Fotografia 1. Ponte Piquet Carneiro sobre o Rio Salgado – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

A respeito da consolidação da ocupação dos sertões Leonardo Rolim (2012, p. 26) afirma que:

Sempre houve quem preferisse a comodidade das urbes do litoral oriental do Brasil, ou ainda das casas grandes cercadas de canaviais, aos nem tão sempre longínquos e perigosos sertões onde habitava o incerto. E era justamente a incerteza, ou ainda, a possibilidade da existência de riquezas como as minas de prata e ouro ou rios caudalosos, que povoavam o imaginário e moviam os conquistadores e suas armas em direção ao sertão.

É neste contexto de ocupação do sertão, por meio da instalação de currais de criar gado, ao longo das margens de rios, que se formou o núcleo de povoamento que deu origem a cidade de Icó no sertão do Ceará. A formação deste espaço se deu a partir da distribuição de

Sesmarias⁴ aos pecuaristas, com destaque para João da Fonseca Ferreira, cujas terras nas margens do rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe, foram concedidas em 1704 e 1706⁵, dando origem ao Arraial dos Fonseca ou Icó de Baixo. Como também, Francisco de Montes Silva, cujas terras nas margens do rio Salgado foram concedidas em 1706 e 1736, fundando o núcleo urbano do Arraial dos Montes ou Icó de Cima, este que se tornou posteriormente a Vila de Icó.

A família Montes protagonizou nos anos de 1710 a 1720 um dos maiores conflitos de terras entre famílias. Os conflitos com a família Feitosa, dos sesmeiros Lourenço Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa da região dos Inhamuns, foram marcados pelo envolvimento de colonos e índios e que só teve fim sob intervenção da Coroa Portuguesa. Ambos reclamavam a posse de terras devolutas nas margens do riacho Trussu, nos limites com suas propriedades. Estes conflitos também serviram para definir o espaço geográfico, estabelecendo os limites territoriais, como ressaltam Melo e Cruz (2016, p. 212),

durante muitos anos ocorreu uma terrível luta entre Montes e Feitosa, com a participação em diversas localidades, cujos nomes servem de exemplo para aquela fase como: Riacho do Sangue, Trincheiras, Cruzes, Tropas e Emboscada.

Além de definir a geografia da região às margens dos rios Jaguaribe e Salgado, os conflitos por terras também provocaram o deslocamento populacional, uma vez que em torno das famílias se agregou um contingente populacional, contribuindo para a formação de núcleos urbanos. A este respeito, Melo e Cruz (2016, p. 217) afirmam que:

4. Sesmarias eram porções de terras em tamanhos distintos doadas pela Coroa Portuguesa aos agentes e colonos durante o processo de ocupação do território colonial. No regime das Capitanias Hereditárias, cabia aos donatários a distribuição de terras aos sesmeiros para uso e proteção do território.

5. Dados disponíveis na Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro (Silb). Disponível em: <https://bit.ly/3e0s3io>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Como unidade social, cada família mencionada [Montes e Feitosa] formava uma parentela, onde além do grupo familiar, que consiste todos os parentes reconhecidos, incluindo os que foram herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges, abrangiam outras pessoas que, embora sem ligações do sangue ou casamento, viviam próximo do círculo, eram os empregados respeitados, tais como o vaqueiro, escravos de confiança e moradores que estavam com a família há muito tempo e por último os agregados, que eram pessoas que viviam na fazenda sob a permissão do proprietário, mas em situação indefinida, e variavam numa gama que ia desde os amigos da família até os pistoleiros contratados e outros tipos de marginais.

Ao agregar um contingente populacional em torno da família, o Arraial dos Montes cresceu e passou a ser chamado de Arraial de Nossa Senhora do Ó⁶ em homenagem à padroeira do lugar, cuja capela foi erguida para servir de sepultura para os membros da família, tornando-se o centro do núcleo urbano originário da cidade de Icó. Outro fator que contribuiu para o crescimento urbano foram as condições geográficas favoráveis à criação do gado e culturas de subsistências, bem como a localização como entreposto das rotas entre a Estrada Geral do Jaguaribe (ligava o porto de Aracati aos sertões baianos) e Estrada das Boiadas (ligava o sertão do Piauí ao litoral pernambucano).

Com o crescimento urbano e populacional do arraial, somadas às condições geográficas e ao potencial econômico com o comércio do gado, o local se mostrou apropriado para a fixação de um centro administrativo para aplicação da justiça e aquietação dos povos. Dessa forma, por meio da Carta Régia do Conselho Ultramarino de 1736 foi criada a Vila de Icó, terceira na província do Ceará. A Carta Régia, a exemplo de outras, como a de criação da Vila de Aracati, apresentou as diretrizes urbanísticas.

6. A devoção à Nossa Senhora do Ó ou Nossa Senhora da Expectação do Bom Parto foi trazida para o Brasil pelos primeiros colonos.

A organização administrativa das vilas durante o século XVIII representavam também o controle político e principalmente econômico. Com relação à cidade de Icó, a pecuária durante os séculos XVII e XVIII foi a principal atividade econômica e responsável pela formação e crescimento urbano da vila, consolidando a denominada civilização do couro, dada a utilização desse material na fabricação de diferentes objetos e utensílios. Contudo, as sucessivas estiagens e os prejuízos causados pelo transporte do gado por longos trajetos, foram determinantes para provocar o declínio desta produção (Nascimento, 2002).



Fotografia 2. Largo do Theberge – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Em meio a este processo, a produção algodoeira surge como alternativa para a economia local. Encontrando na região as condições favoráveis à produção do algodão e pela disponibilidade de mão de obra não absorvida pela pecuária, e aos poucos se tornou a principal atividade. No início do século XIX, com aumento da demanda provocada pela produção industrial na Inglaterra e pela crise da produção nos Estados Unidos, as vilas de Aracati e Icó se destacaram como importantes centros de produção, comércio e crescimento populacional (Nascimento, 2002).

A produção algodoeira no século XIX influencia uma série de mudanças no Brasil e conseqüentemente nas vilas do sertão. Destaca-se neste contexto a vinda da corte portuguesa e a elevação do Brasil ao Reino Unido, provocando alterações nos espaços físicos e na cultura nacional ao incorporar valores e costumes aos padrões europeus. Somando-se neste processo a formação de uma elite política e a intensificação do uso da mão de obra africana escravizada, para fins de utilização nas lavouras e principalmente nos afazeres domésticos (Nascimento, 2002).



Fotografia 3. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

O contexto social do Icó no fim do século XVIII e no século XIX era marcado por traços comuns da sociedade brasileira colonial. No sertão, o grupo social foi formado por fazendeiros e sua família, por indígenas, africanos escravizados e homens livres que praticavam atividades comerciais e cultivavam pequenas lavouras de subsistência. Em 1872, conforme dados do Recenseamento do Brasil de 1972⁷, a população geral alcançou o número de 14.592 (catorze mil quinhentos e noventa e duas) pessoas, correspondendo a 6,2% (seis vírgula dois por cento) da população da província. Sendo 13.807 (treze mil oitocentos e sete) a população de pessoas livres e 785 (setecentos e oitenta e cinco) de pessoas escravizadas.



Fotografia 4. Casas térreas – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Outro ponto de relevo é a participação política dos icoenses, com destaque no cenário regional e nacional. Em nível local, o con-

7. Dados obtidos em: Brasil. Recenseamento do Brazil em 1872. Editor: Typ. G. Leuzinger, Rio de Janeiro, p. 38. Disponível em: <https://bit.ly/3c49oBI>. Acesso em: 18 nov. 2019.

trole político era exercido por meio do prestígio econômico e pela força dos exércitos particulares, ou seja, pelos que dependiam dos fazendeiros e atuavam sob suas ordens para resolver as questões de terra, de água e as disputas políticas, eram os chamados jagunços. Com a elevação à categoria de vila em 1736, Icó passava a ter sua autonomia política com a instalação de uma Câmara dos Homens Bons. Formada basicamente pela elite fazendeira, era responsável pelo controle político e administração da vila.

A participação ativa dos políticos icoenses se destacou em alguns dos movimentos regionais e nacionais como a Revolução Pernambucana de 1817, ao aderir aos princípios liberais e interesses pernambucanos para instalação de um governo independente, num movimento provocado pelo descontentamento com a política da Coroa e pela crise na produção canaveira e algodoeira.

Durante o processo de Independência do Brasil, em que os políticos liberais a favor da independência e contrários à restauração do governo português, se rebelaram contra a intervenção na província do Ceará, enquanto outra parte se posicionava a favor dos conservadores no poder. Após a proclamação da independência e instauração do primeiro governo monárquico, outro movimento revolucionário se instaura no nordeste, a Confederação do Equador.

De cunho liberal, o movimento conferencista se opunha ao regime monárquico constitucional instalado e reunia as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sob liderança de Pernambuco, que lutava pela independência dos confederados e posteriormente a instalação de um governo republicano. Na vila de Crato, Quixeramobim e Icó ocorreram várias batalhas entre as forças liberais e as tropas monarquistas, lideradas em Icó pelo coronel João André Teixeira Mendes, militar e responsável pela morte dos revolucionários.

Como reflexo da política da vila de Icó no início do século XIX, Alencar (2014, p. 103) ressalta que a composição da Assembleia Provincial em 1835, em sua maioria pertencente ao partido moderado, em que

Dos 35 deputados, identificamos 10 de Aracati, 8 de Fortaleza, 4 de Crato, 5 de Sobral, 3 de Quixeramobim, dois de Icó, um de Santa Quitéria, outro de Ipu e mais um de Canindé. Eram as regiões mais urbanizadas e desenvolvidas economicamente da província.



Fotografia 5. Casa da Câmara e Cadeia – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 6. Casa da Câmara e Cadeia – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Merece destaque também a participação do Icó no processo de abolição da escravidão africana. Apesar de haver registros de resistências e lutas armadas entre africanos escravizados e fazendeiros em prol de sua liberdade na vila de Icó, foi o movimento abolicionista formado por políticos e principalmente por mulheres que ingressaram na Sociedade das Senhoras Libertadoras que a abolição pode ocorrer. Segundo registros do Jornal O Libertador, a abolição da escravidão em Icó aconteceu em 1883, após o processo de abolição da vila de Acarape (atual Redenção), sendo pois a terceira vila livre do Império (Martins, 2011).

Contudo, nos fins do século XIX um cenário de crise se instalou, provocado pelas sucessivas secas que comprometeram as produções de gado e algodão, as constantes epidemias como do cólera e varíola responsáveis pela dizimação de parte da população e pela migração da elite que foi se instalar na capital e no Crato, bem como o deslocamento do eixo econômico na província para as regiões do norte e litoral, provocando um declínio do comércio e perdendo a função de entreposto com o Pernambuco.

Somando a este contexto a criação de ramais ferroviários para ligar interior e capital, faz despontar cidades como Iguatu e Crato e por não passar em Icó coloca a cidade em segundo plano (Nascimento, 2002). Desse modo, na transição para o século XX a cidade perdeu seu destaque regional.

2. Heranças do passado: arquitetura, história e tradições

A crise do final do século XIX deixou marcas profundas no Icó, com sucessivos períodos de estiagem, queda na produção agrícola e industrial, fim da posição de entreposto comercial e diminuição da população urbana. Apesar de algumas estratégias pontuais para buscar integrar a cidade ao contexto econômico, como a instalação da Inspeção Geral de Obras Contra as Secas (Iphocs) responsável pela construção do açude Lima Campos em 1924, a construção da Ponte Piquet Carneiro em 1938 para integrar ao Iguatu, novo centro regional, e a construção da rodovia BR 116 interligando a capital do Estado ao Sudeste (Nascimento, 2002).

Os moradores proprietários de terras, comerciantes e demais outros que puderam deixar a cidade em busca de outros centros urbanos como Crato e Fortaleza, deixaram para trás suas moradias. Estas, constituíram um importante acervo arquitetônico, composto por casas de fachadas simples ou em estilo barroco, por sobrados e casarões, prédios públicos como o Teatro Municipal de 1860 em estilo neoclássico, a Casa da Câmara e Cadeia de 1821, o Mercado Público de 1876 e as Igrejas de Nossa Senhora da Expectação de 1709, de Nossa Senhora da Conceição ligada ao Cemitério Público, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros e Pardos de 1828 (construída pela Ordem Religiosa de mesmo nome), e a Igreja do Senhor do Bonfim de 1749.

O espaço geográfico da antiga vila formada por ruas longas e largas, becos e travessas e uma grande praça central, núcleo urbano originário que servia como centro das atividades comerciais, cons-

tituiu um espaço segundo as normas urbanísticas para as cidades portuguesas. Contudo, a relevância dos bens arquitetônicos de Icó/CE não se concentra apenas no núcleo urbano inicial. O conjunto urbano é representativo de uma evolução entre os séculos XVIII e XIX, reunindo diferentes estilos nas construções, apresentando uma sobreposição histórica conforme a vila crescia, absorvendo os hábitos dos tempos. Dessa forma, todo o conjunto urbano se tornou um patrimônio tombado, com áreas de proteção que abrange a cidade em quase sua totalidade.



Fotografia 7. Sobrados e casas da Rua Grande – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 8. Telhados dos Sobrados da Rua Grande – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Os sobradões com fachadas em barroco clássico com elementos como vidro, ferro e azulejos eram sinais de envaidecimento e modernidade. As Igrejas com forte influência do estilo de construções do Pernambuco, compostas por três naves, altares em madeira para as imagens sacras também em madeira policromada, eram sinais da devoção católica e marcas do poder econômico das famílias que doaram objetos litúrgicos em ouro e também terras para a paróquia. As casas em piso baixo, com portas e janelas no limite do espaço urbano, apresentavam o estilo típico português com duas entradas, uma principal e um corredor lateral para serviços (Nascimento, 2002).

Este acervo arquitetônico, com a migração dos proprietários para as novas metrópoles, sofreu um processo de desgaste, abandono e desvalorização. Alguns prédios foram doados para a paróquia, outros ocupados por famílias carentes e migrantes e alguns vendidos a preços baixos. Alguns não resistiram à ação do tempo e ruíram pela falta de conservação. Outros sofreram descaracterização por ação dos novos moradores e pela ação do poder público municipal, principalmente nos anos de 1940 com um estímulo à

modernização das fachadas dos imóveis privados e alterações nas estruturas dos prédios públicos (Nascimento, 2002).



Fotografia 9. Teatro da Ribeira dos Icó – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 10. Teatro da Ribeira dos Icó – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

A razão para a manutenção e conservação do conjunto arquitetônico e urbanístico reside na possibilidade de estabelecer marcos de memória por meio de um processo de patrimonialização, baseada na reconstrução da história e cultura locais, servindo de referência para a história regional. As narrativas históricas sobre o lugar são encontradas nos escritos de Pedro Theberge, Tristão Gonçalves de Araripe e João Brígido. Posteriormente nas obras de Raimundo Girão e do Monsenhor de Assis Couto, bem como nos documentos e relatórios do Iphan, dentre outros que fazem menção aos fatos passados nesta antiga vila do sertão cearense.

Com relação aos costumes do povo residente em Icó, são poucos os relatos e de certo modo retratam uma população heterogênea na formação e na incorporação de elementos culturais. Em seus manuscritos, Freire Alemão (1961, p. 285) afirma que em Icó

[...] as meninas freqüentam colégios, ou casas de ensino: algumas moças tocam, ou aprendem a tocar piano [...] Há na terra quatro pianos; e parece que se deve sua introdução à família Thebérge, cuja mulher e filha (francesas) tocam; e a mulher dá lições.

O gosto refinado para a música se contrastava com algumas atitudes, ao que Freire Alemão⁸ (1961, p. 286) chamou de “[...] rudeza de costumes, [de] uma certa aristocracia selvagem [...]” que levava ao ponto de “[...] por qualquer desavença ou ofensa, verdadeira ou não, mandar-se dar um tiro”.

E sobre os costumes herdados dos africanos escravizados há que se considerar a integração destes no convívio com os seus senhores. Por ter sido uma escravidão voltada para os afazeres domésticos, não há registros sobre a formação de quilombos ou comunidades rema-

8. Francisco Freire Alemão, naturalista e membro da Comissão Científica de Exploração, percorreu os sertões do Ceará, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte entre os anos de 1859 e 1861, tendo visitado a então vila de Icó, conforme consta em seus manuscritos, descrevendo a paisagem do lugar e aspectos da economia e sociedade.

nescentes. A participação dos escravizados nas atividades domésticas, religiosas e culturais dos senhores foram compondo a cultura local como única, apresentando os traços do sincretismo e da miscigenação.



Fotografia 11. Igreja do Senhor do Bonfim e Sobrado do Barão – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

As principais manifestações que atravessaram os séculos estão relacionadas à religiosidade católica. Os sertanistas trouxeram as devoções aos santos, as primeiras imagens e introduziram celebrações e ritos que apesar das ressignificações continuam presentes na cultura local. Destacam-se as festas juninas, as celebrações dos padroeiros na cidade e nas capelas rurais e a de maior expressividade que é a do Senhor do Bonfim, representação do Cristo crucificado, celebrada por mais de dois séculos e que atrai devotos de todo o sertão.



Fotografia 12. Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 13. Mercado Público – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 14. Sobrado do Canela Preta – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

2. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

1. O professor como mediador em Educação Patrimonial: estratégias didáticas

Em torno do patrimônio cultural tombado há várias vozes direcionadas para sua manutenção, preservação e conservação, mas nem todas num mesmo sentido, que de certo modo, concorrem entre si, conforme a posição que ocupam e os interesses que lhe são inerentes. Deste modo, pensar em estratégias educativas para promover um diálogo entre os agentes em defesa do patrimônio é pensar no papel do professor como um destes, atuando na sensibilização por meio da educação patrimonial.

A atuação dos diferentes agentes em torno do patrimônio cultural tombado é possível compreender na perspectiva do mundo social. Segundo Najjar, Mocarzel e Santos (2019, p. 4)

o que Bourdieu chama de mundo social (e que conjuga estruturas, indivíduos, grupos, habitus e diversas modalidades de capital), [...] é composto por campos, os quais se compõem de diversas forças sociais atuantes, forças estas encarnadas nas estruturas e nos agentes.

Dessarte, em torno do patrimônio cultural de Icó/CE estão diferentes agentes. O poder público por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e da Secretaria Municipal da Cultura, que atuam na proteção, conservação, restauro, preservação, regulamentação e na educação patrimonial. Em outro campo estão os proprietários de imóveis na área tombada e no seu entorno, com seus dilemas referentes ao direito ao poder de uso e o dever de conservação.

Contudo, quando se trata de educação patrimonial e história local, são os professores que também possuem seu campo de atuação e utilizam de seu capital cultural para agir em defesa do pa-

patrimônio e da sua preservação. O estudo não tem por objeto compreender a forma como os professores desenvolvem suas atividades com esta metodologia, mas colaborar com o fortalecimento destes agentes, para que possam, através do fazer didático, atuar para o patrimônio, por meio de atividades e estratégias didáticas de sensibilização para a preservação.

Para Circe Maria F. Bittencourt (2008, p. 277):

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: *como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado.* (grifo do autor)

A compreensão da educação patrimonial como método para a didática da História perpassa pela prática em vistas de sensibilizar os estudantes para a compreensão sobre o passado e a memória. Bittencourt (2008) ressalta que além de se buscar estabelecer uma relação entre a sociedade e o seu passado, a educação patrimonial colabora com o processo de apreensão do direito à memória, valorizando a contribuição de todos aqueles que fizeram parte da história, tendo no lugar de memória, uma referência.

A educação patrimonial possibilita um maior alcance para aprendizagem histórica, por possibilitar ao professor de História o uso de diferentes métodos e estratégias didáticas, uso de múltiplos recursos e relacionar os conhecimentos com outras disciplinas como a Língua Portuguesa, Arte, Geografia, Sociologia, dentre outras. Em educação patrimonial, Bittencourt (2008, p. 278) afirma que “o compromisso educacional orienta-se por objetivos associados à pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino”. Assim, se torna possível de aplicação em todas as etapas da Educação Básica, associando ao ensino da História, bem como nos aspectos regionais e local.

Em se tratando da História Local, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) introduzem a temática como eixo e como perspectiva metodológica para o nível fundamental, com enfoque para as diferentes histórias pertencentes ao lugar onde o estudante convive, de modo a promover uma compreensão sobre si e seu meio, partindo de uma compreensão individual para a compreensão da sociedade, numa apreensão de aspectos sociais em diferentes temporalidades.

Assim como nos PCNs, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (2018) apresenta a proposta para as séries iniciais da etapa do ensino fundamental, especificamente para o 3º (terceiro) ano. Conforme a proposta da BNCC (2018, p. 403),

esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem sua percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem.

Deste modo, a estrutura proposta pela BNCC (2018) para o 3º ano EF é composta por três unidades temáticas, em que se observa a abordagem em história local e educação patrimonial: pessoas e grupos, o lugar em que vive e os espaços públicos e privados. Para compreensão do “eu e do outro” os objetos de conhecimento envolvem a formação dos grupos sociais e do patrimônio histórico local. Com relação ao lugar, os objetos de conhecimento envolvem os marcos da memória, direcionados ao lugar, cultura e a diferença entre campo e cidade. E sobre os espaços públicos e privados envolve o reconhecimento dos espaços, atividades e áreas de preservação.

Embora no percurso da etapa do ensino fundamental seja importante para o estudante desenvolver a compreensão sobre si a partir do convívio social, nas etapas seguintes a abordagem da história local e da educação patrimonial são imprescindíveis. Considerando que a construção da consciência histórica é um processo, a adoção de estratégias da educação patrimonial possibilita partir do concreto para o abstrato, a incorporar experiências de vida e a compreender o processo de formação histórica por meio de atividades de pesquisa.

Assim, se justifica a adoção da educação patrimonial e estudos da história local em etapas subsequentes na formação dos estudantes.

2. Construindo uma proposta didática em Educação Patrimonial

Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4) definem a educação patrimonial como

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Com esta definição, Horta, Grunberg e Monteiro (1999), em sua obra *Guia Básico de Educação Patrimonial*, nos apresentam pistas para a compreensão sobre o que é a educação patrimonial e para que se destina, para assim, percebermos os caminhos a serem trilhados. Nesta cartilha, além de conceitos necessários para a compreensão sobre esta metodologia, são apresentadas estratégias didáticas com atividades a serem realizadas em museu, arquivos, sítios arqueológicos, centros históricos, dentre outros.

As atividades didáticas, aqui sugeridas, são direcionadas para uma aprendizagem que levem os estudantes a experimentar e vivenciar a memória, por meio do contato com elementos do passado, construindo uma aprendizagem histórica. Com foco na valorização da herança cultural, representada nos bens materiais e imateriais,

para assim, promover a construção de uma conscientização para o uso e preservação dos marcos da memória.

Neste sentido, Evelina Grunberg (2007, p. 4) afirma que a educação patrimonial

busca desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc. ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc.

Além de enfatizar a aprendizagem por meio do contato com o patrimônio cultural, Grunberg (2007) amplia as possibilidades de uso de recursos na metodologia em educação patrimonial. Em sua obra, a autora oferece atividades em formato de oficinas que partem do conhecimento do patrimônio a partir do estudante, seu patrimônio cultural pessoal, passando por estratégias com uso de diferentes recursos e de forma lúdica, até alcançar a compreensão sobre o patrimônio cultural local. Destaca em sua proposta, a característica de generalidade, onde as atividades podem ser desenvolvidas para públicos de diferentes níveis e da possibilidade de adaptação aos recursos disponíveis no lugar.

As propostas aqui apresentadas, dentre inúmeras outras, forneceram elementos para a compreensão sobre a proposta pedagógica em educação patrimonial, ao passo que serviram de base para a elaboração de estratégias didáticas, aqui apresentadas. Principalmente ao se pensar na adaptação das atividades com os recursos e elementos culturais locais. Não desconsiderando as propostas já lançadas para o trabalho em educação patrimonial voltadas para o patrimônio cultural de Icó/CE, mas, oferecendo aos professores de História outras possibilidades de estratégias para sensibilização em educação patrimonial.

Com relação ao trabalho em educação patrimonial voltado para a cidade de Icó/CE, ao longo dos mais de vinte anos após o tombamento oficial como patrimônio cultural em 1997, foram inúmeras estratégias e materiais produzidos pelo poder público, Iphan e Secretaria Municipal da Cultura, como iniciativas para orientar e conscientizar a sociedade para ações preservacionistas, em especial os moradores da área tombada e de proteção. A análise deste material se encontra no capítulo segundo da dissertação de mestrado que deu origem a este produto didático, estando disponível para consulta.

Na construção deste material, consideramos a concepção de Circe Bittencourt (2008) de que a inserção da metodologia da educação patrimonial no processo de ensino da História tem por objetivo ampliar o conhecimento dos estudantes, utilizando o patrimônio cultural como elemento para estabelecer a relação do presente com o passado. Nesta relação do presente com os marcos do passado é importante que se construa com os estudantes, por meio da sensibilização, a compreensão sobre o que é preservado – os bens materiais e imateriais, tombados ou não; como é preservado – os mecanismos de preservação, legais ou educacionais; e, por quem é preservado – quem são os agentes sociais envolvidos no processo de preservação, pensando o papel de professores e estudantes neste processo.

Desta forma, nos debruçamos numa reflexão sobre as trajetórias que a educação patrimonial local percorreu ao longo dos anos após o tombamento oficial, o papel que os professores de História assumem ao utilizar da metodologia na prática de ensino, os objetivos que se esperam com práticas de sensibilização. Baseados nesta reflexão, formulamos estratégias didáticas para auxiliar os professores no uso dos recursos materiais disponíveis, com a oferta de novos materiais e com sequências didáticas em forma de oficinas, visando à participação ativa dos estudantes no processo de conhecimento e sensibilização em educação patrimonial.

Identificamos como Caminhos Percorridos o processo de tombamento e a proposta de educação patrimonial desenvolvida, identificando os aspectos de valorização dos bens materiais, da eleição

dos bens pelo valor arquitetônico e uma história local que se fundamenta em privilégios socioeconômicos. Onde a educação patrimonial reflete estes aspectos e se volta para a conservação e manutenção de bens materiais, fundamentada em normativos e não numa construção coletiva, demonstrando a necessidade de promover uma discussão com relação ao tema.

Apresentamos como objetivos a serem alcançados, o desenvolvimento de uma proposta de sensibilização por meio da educação patrimonial. Dessa forma, se espera que os estudantes em contato com a metodologia compreendam não somente os conceitos sobre memória, patrimônio e preservação, mas discutam sobre a importância destes conceitos para a sua formação crítica. Possibilitando criar e recriar seus conceitos e concepções sobre o que preservar e para que preservar, perpassando sua compreensão como agente neste processo.

Considerando as estratégias e materiais já produzidos e pensando numa forma de colaborar no processo, elaboramos uma proposta composta por estratégias didáticas em formato de oficinas. As oficinas foram organizadas em 3 (três) blocos: o primeiro compreende as atividades com objetivo de fazer refletir sobre aspectos culturais, religiosos e o cotidiano da cidade, numa relação entre o passado e o presente; o segundo compreende as atividades que discutem a formação da cidade em seu espaço geográfico e social, em sua representação a partir da formação urbanística e arquitetônica; e, o terceiro relacionado às atividades de sensibilização para a valorização de aspectos culturais e artísticos, a atuação na mediação em educação patrimonial e a reflexão sobre a preservação e seu reflexo no desenvolvimento econômico, social e cultural do lugar.

As oficinas foram propostas partindo do local para o geral. Enquanto grande parte dos manuais disponíveis sobre educação patrimonial apresentam estratégias de ensino de modo geral, que sejam possíveis de aplicação em diferentes contextos e patrimônios, buscamos, neste material, auxiliar os professores da cidade de Icó/CE na escolha de recursos e na elaboração de atividades com um olhar voltado para o patrimônio local, suas especificidades e conflitos que

o cercam. Contudo, esperamos que o formato que pensamos não se torne limitado, sendo possível sua adaptação para outros contextos, bem como, abrindo possibilidade de serem melhoradas.

Apesar das estratégias serem possíveis de utilização por diferentes mediadores, nosso principal público são os professores de História da Educação Básica em suas diferentes etapas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para tanto, além de roteiros de atividades são apresentados conceitos, orientações didáticas, sugestão de materiais, de leitura e aprofundamento. A ideia é oferecer um material possível de ser utilizado conforme a necessidade do professor, mas respeitando o contexto e os recursos disponíveis em sua Escola.

O material foi pensado na perspectiva de servir como um recurso didático e pedagógico para educadores ou mediadores em história local, educação patrimonial e preservação do patrimônio cultural. As estratégias didáticas foram organizadas de modo a serem utilizadas em blocos ou isoladamente, independente de um cronograma e para públicos distintos, sendo adequadas conforme os objetivos do mediador ou instituição.

3. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

1. Alguns questionamentos sobre o trabalho com a proposta de educação patrimonial e alguns conceitos inseridos nas estratégias didáticas que são importantes para a compreensão do objeto de estudo

O que é Educação Patrimonial?

Compreendido como um processo permanente, a Educação Patrimonial pode ser trabalhada em diferentes etapas e séries de ensino, podendo ser vinculada à disciplina de História ou qualquer outra, de modo transversal, interdisciplinar ou transdisciplinar. O trabalho educativo que tem por objeto o patrimônio cultural, possibilita uma ação por professores e outros agentes sociais que busquem a construção da identidade local e a valorização dos marcos de memória.

Qual a relação do ensino de História com a Educação Patrimonial?

O conceito de patrimônio em sentido material esteve inicialmente vinculado à arquitetura e historicidade, ou seja, o reconhecimento dos chamados monumentos históricos, como bens representativos da memória e identidade a serem preservados. Com isso, nas ações de tombamento ou registro, se buscou reconhecer o valor histórico para a preservação de prédios, cidades e sítios arqueológicos. Assim, considerando os aspectos históricos desses bens, o trabalho com a educação patrimonial se vinculou ao ensino da História.

Importante ressaltar que, com a ampliação do conceito de patrimônio para uma perspectiva cultural, elementos além do histórico e arquitetônico, como o geográfico, ambiental, artístico, estilístico, dentre outros, passaram a compor a perspectiva da educação patrimonial e com isso, além da História, disciplinas como Arte, Geografia, Língua Portuguesa e Sociologia possibilitam um trabalho com e para o patrimônio. Mas vale ressaltar que a educação patrimonial pode acontecer também por meios informais, além das Escolas, em grupos comunitários, associações, em família, dentre outros.

Como a Educação Patrimonial potencializa a aprendizagem histórica?

Os caminhos da formação humana passam pela construção da identidade e da consciência histórica. Assim, a aprendizagem histórica promove o desenvolvimento da pessoa como sujeito situado no tempo presente, consciente do passado, percebendo permanências e mudanças no contexto do grupo a que pertence. São as experiências do presente que contribuem para a compreensão sobre o passado, que influenciam o resgate das memórias.

Ao fazer uso dos recursos do passado e da memória, por meio do estudo sobre o patrimônio cultural, a educação patrimonial contribui para a construção da consciência histórica dos sujeitos aprendizes. O uso do patrimônio material e imaterial como fontes históricas, no ambiente escolar ou fora dele, possibilitam a construção da aprendizagem sobre o tempo, identidade e preservação da memória.

Como os currículos oficiais (PCN e BNCC) abordam a temática da Educação Patrimonial?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais referentes ao Primeiro Ciclo introduzem como eixo temático e como perspectiva metodológica a História Local e do Cotidiano para o nível fundamental. Dessa forma, sugere, preferencialmente, que seja dado um enfoque às “diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionadas em diferentes tempos” (PCN, 1997, p. 40). Assim, a história local é inserida como eixo no primeiro ciclo, isto é, quando a criança inicia os primeiros contatos com diferentes realidades e pessoas, ao ingressar na escola e conviver em novos espaços de socialização. A proposta dos PCNs (1997) é desenvolver nos estudantes a compreensão do geral a partir do local. Nesta perspectiva, envolve a apreensão dos aspectos históricos, sociais e econômicos do meio em que vive, para possibilitar a compreensão da realidade em diferentes contextos e temporalidades.

No texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) o processo de ensino-aprendizagem do passado depende

do diálogo com o tempo atual e num contínuo de aprendizagens “do Eu, do Outro e do Nós”. Dessa forma, segue a mesma linha de pensamento dos PCNs ao preconizar a construção da consciência histórica a partir dos elementos do presente, identificando permanências e mudanças, tendo o local como meio para compreensão da realidade geral. A proposta da BNCC para o ensino de história local se encontra nas séries iniciais do ensino fundamental, em especial no 3º ano, numa perspectiva de construção da identidade a partir da realidade local, do meio social em que convive e num processo de construção sobre si. Neste sentido, o documento sugere como meio para a construção da autonomia e reconhecimento sobre si e sobre o espaço em que está inserido, a partir da construção da consciência histórica, tendo na história local as bases para as relações com a sociedade.

Preciso abordar educação patrimonial apenas onde possui bens tombados ou registrados?

A educação patrimonial apesar de relacionada ao ensino de História e proposta no currículo das séries iniciais da educação básica, pode ser ampliada para qualquer idade, série ou etapa de ensino, assim como para além do ambiente escolar, podendo ser pauta em reuniões de bairros, associações ou outras instituições e grupos comunitários. Nesta perspectiva, o trabalho com educação patrimonial não se limita apenas aos lugares que possuem bens tombados.

Nas estratégias em educação patrimonial, os educadores ou mediadores utilizam dos recursos disponíveis no meio. Quando no local ou próximo à Escola possuem museus, sítios arqueológicos, prédios históricos ou até mesmo os conjuntos urbanos tombados, estes se constituem como recursos didáticos importantes. Mas, educação patrimonial se faz também com recursos materiais e imateriais, que sejam de memória individual, comunitária ou recursos como fotografias, objetos, jornais, registros da memória oral, festejos, música, crenças, devoções, dentre outros.

2. Conceitos em Educação Patrimonial

Na medida em que o conceito de patrimônio sofreu alterações ao longo do tempo, passando da concepção de monumentos materiais para as manifestações culturais, considerando o fato de que a educação patrimonial se constrói em ambientes formais – educacionais e informais – comunitários, assim como, promove diálogos permanentes entre diferentes campos do saber e na vivência cotidiana, sobre essa temática foram incorporados múltiplos saberes, abordagens, métodos de estudos e fazer didático. Assim, educar para o patrimônio possibilita conhecer e desenvolver saberes complexos e a construir diferentes competências.

Alguns conceitos:

Identidade: Em educação patrimonial se pode trabalhar a identidade na perspectiva histórica, social e cultural. Historicamente na compreensão de si a partir da memória e na relação com seu passado. Socialmente a partir da construção do “eu” relacionado ao meio social em que está inserido. E, culturalmente, a partir das práticas e valores apreendidos nas relações coletivas.

Memória: Nos estudos sobre educação patrimonial a memória pode ser refletida por meio de documentos, monumentos ou na tradição oral. Compreender a memória na perspectiva histórica como aquilo que foi vivido, lembrado e registrado, individual ou coletivamente, colaborando com a formação da identidade dos sujeitos.

Lugar de memória: Os espaços que possuem sentido de identidade e memória se tornam lugares de memória, sejam eles cidades, museus, bairros, escolas, praças, templos, dentre outros. Para Pierre Nora⁹ os lugares de memória são instituídos a partir da relação das pessoas com os espaços, seja de forma espontânea, como nas cida-

9. Nora, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto história*, v. 10, p. 7-28, 1993.

des com os bens legados pelas gerações anteriores, ou por meio dos espaços construídos para a memória, como museus ou monumentos. Os sentidos e significados do lugar possibilitam desenvolver o sentimento de pertença e identidade, colaborando para a construção do ideal de patrimônio.

Patrimônio: O termo deriva da junção dos termos “patri” que significa “pai” e “monium” que significa “herança”, formando assim o termo “patrimonium” ou a “herança legada pelo pai”. Assim, o sentido da palavra estava relacionado às heranças do passado, principalmente as que receberam uma relevância histórica. Mas como o conceito decorre de uma construção social, o sentido do termo patrimônio foi ampliado de modo a considerar a cultura como produção social e histórica.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, nos ajuda a compreender o sentido de patrimônio cultural, ao afirmar que são “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Patrimônio Material e Imaterial: O texto constitucional classifica o patrimônio natural conforme a sua natureza em material e imaterial. Os bens materiais são aqueles imóveis como cidades históricas, paisagens naturais, sítios arqueológicos ou bens individuais. E os móveis como objetos mobiliários, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentos, arquivos, fotografias, dentre outros. Enquanto os bens imateriais se referem às práticas sociais como modos de fazer, ofícios, saberes, celebrações, expressões cênicas, plásticas, lúdicas, musicais, lugares de culto, dentre outros.

Patrimonialização: Pode ser compreendido como o processo de constituição de um bem como patrimônio cultural. Esta constituição se dá na e pela sociedade, que passa a reconhecer no bem ou bens, os sentidos da identidade e memória coletiva, atribuindo valor

de herança do passado e legado para as gerações futuras. Vale observar que a patrimonialização ocorre institucionalmente quando há o reconhecimento oficial dos bens a serem preservados em âmbito municipal, estadual ou federal.

Tombamento, Registro e Inventário: São os instrumentos para reconhecimento do valor cultural dos bens, disciplinar os usos e orientar para as ações de preservação.

O Tombamento é um recurso normativo, que ao definir um bem como patrimônio limita a propriedade e estabelece obrigações aos proprietários ou ao poder público para manter e conservar a integridade dos bens.

O Registro é voltado para salvaguardar os bens imateriais, que expressam a memória e a identidade cultural em seus modos de criar, fazer e viver. O registro visa o reconhecimento do caráter dinâmico dos elementos culturais que formam a identidade nacional.

O Inventário é o levantamento sobre os bens para identificar seu valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural. Por meio do inventário são levantados dados, características e aspectos que ressaltam o valor do bem e justificam a sua preservação.

Preservação: Numa visão institucional, a preservação corresponde aos atos de proteção dos bens reconhecidos como patrimônio cultural. Esta proteção, ocorre a partir do processo de identificação, seleção, tombamento e na gestão do patrimônio. Por preservação também decorrem as normas que estabelecem o uso e orientam para as ações de conservação, recuperação e restauro com o objetivo de manter a autenticidade (originalidade) e a integridade (características conservadas) dos bens, principalmente os materiais, evitando que as características originais se percam com o tempo e uso.

4. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

As estratégias estão em formato de oficinas didáticas e organizadas em três blocos, cada um com três estratégias, conforme a abordagem e o objetivo. Dessa forma, apresentamos de forma breve a temática, o objetivo e a problemática, para ajudar aqueles que utilizarem na escolha e adequação ao seu planejamento didático.

O bloco 1 compreende as atividades que levam a refletir sobre aspectos culturais, o cotidiano e as tradições locais, relacionando passado e presente.

A Oficina *Um milagre pode acontecer* objetiva a compreensão da memória a partir dos lugares e objetos de culto e devoção. Considerando que a cidade tem sua formação raízes da religião cristã católica e das religiões afrodescendentes, a atividade propõe uma reflexão sobre os marcos da memória, estimulando a criatividade dos estudantes para pensar nas personagens e histórias relacionadas aos objetos, como expressão da fé e da cultura no lugar.

A Oficina *A Praça em festa: vai passar o cortejo real!* também aborda aspectos da memória e da cultura local, com elementos do sincretismo religioso, num resgate das manifestações e festas. Levando os estudantes a problematizar o processo de escravidão durante o século XIX na cidade de Icó/CE, a contribuição das ordens religiosas para a formação da sociedade neste período e pensar seus reflexos no presente.

A Oficina *Conversas no Mercado Público* busca recriar o espaço do mercado público como praça de atividades comerciais e ponto de encontro entre as diferentes pessoas do lugar. A atividade problematiza a narrativa histórica local, suas personagens e fatos, levando a compreender lembranças e esquecimentos. Propondo aos estudantes uma revisão das histórias a partir das personagens que foram esquecidas pela história oficial, numa ação de recontar a história.

O bloco 2 compreende as atividades relacionadas ao processo de formação urbana, ao estilo das construções e a relação dos aspectos culturais ao espaço físico.

A Oficina *Ofício dos Construtores* busca sensibilizar o estudante para perceber nos bens materiais a memória e história local. A atividade propõe através do estudo de mapas e análise das imagens, perceber a formação histórica e geográfica do espaço urbano que no presente corresponde ao conjunto urbano tombado. Possibilitando conhecer aspectos da arquitetura como expressão da cultura e desenvolver uma sensibilidade para a preservação do espaço.

A Oficina *Do caminho das boiadas ao traçado das ruas* propõe o estudo e análise de documentos importantes para a formação do espaço urbano e sua preservação. Busca a compreensão do estudante sobre a importância histórica do lugar, como espaço de memória e pelos aspectos materiais. Possibilita pensar a preservação, de forma participativa, a partir dos elementos que justificam a relevância como marco da cultura e identidade.

A Oficina *Que os ventos do Aracati nos tragam notícias* apresenta o cotidiano do lugar por meio de relatos de viajantes, das notícias e anúncios, publicados nos jornais da época. Utilizando da análise dos documentos, a atividade estimula os estudantes a pensarem como era a vida e o cotidiano do lugar. Levando para a discussão, as permanências e mudanças ao longo da história, fazendo-os pensar sobre o modo de ser e viver em diferentes temporalidades.

O bloco 3 compreende as atividades que levam a refletir sobre aspectos culturais, o cotidiano e as tradições locais, relacionando passado e presente.

A Oficina *Sarau Artístico e Literário* é um estímulo para que os estudantes conheçam as produções culturais do lugar, recriando um costume de promover encontros entre os moradores onde as atividades artísticas eram comuns. A atividade busca resgatar as personagens que fazem parte da cultura local como poetas, músicos, pintores, dentre outros, que através de sua arte expressam o lugar, a história e possibilitam refletir sobre a valorização e preservação do lugar de memória.

A Oficina *Eu, guia de patrimônio de Icó* é uma proposta para o estudante se colocar na figura de um guia de patrimônio local. A

atividade é uma proposta de construção de roteiro pelos estudantes, de modo que este se perceba como agente de divulgação e preservação do seu lugar. Assim, se estimula o conhecimento sobre o patrimônio local, a eleição de bens a serem divulgados e os aspectos a serem preservados.

A Oficina *Patrimônio no presente, um diálogo possível(?)* apresenta aos estudantes uma reflexão sobre o sentido de preservar os marcos do passado que permanecem no presente. A problematização a partir da análise de documentos revela aos estudantes os interesses, conflitos e tensões em torno do patrimônio tombado. Ao passo que leva o estudante a conhecer propostas de preservação de bens históricos que aliam desenvolvimento econômico e social com a valorização da história e cultura.

Planejando as oficinas

Ao definir um objetivo nos estudos sobre a educação patrimonial, escolha uma oficina ou um conjunto delas, bem como as estratégias que melhor se adaptam ao seu espaço escolar, aos materiais disponíveis e ao projeto didático para série/turma.

Bloco 1:

São atividades que levam à reflexão sobre aspectos culturais, o cotidiano e as tradições locais, relacionando passado e presente.

Oficinas: Um milagre pode acontecer; A praça em festa, vai passar o cortejo real!; Conversas no Mercado Público.

Bloco 2:

São atividades relacionadas ao processo de formação urbana, ao estilo das construções e a relação dos aspectos culturais com o espaço físico.

Oficinas: Ofício dos construtores; Do caminho das boiadas ao traçado das ruas; Que os ventos do Aracati nos tragam notícias.

Bloco 3:

São atividades que levam à reflexão sobre a relação entre o passado e o presente, as permanências e mudanças, bem como, o papel como agente na preservação da memória.

Oficinas: Sarau artístico e literário; Eu, guia do patrimônio de Icó/CE; Patrimônio no presente, um diálogo possível (?).

Oficina: Um milagre pode acontecer

Nesta atividade pode ser abordada a História e o Patrimônio Cultural local, com o objetivo de desenvolver uma aproximação das pessoas com o lugar e o passado, a partir da re(criação) de histórias pessoais relacionadas à religiosidade como elemento cultural.

A atividade pode ser iniciada com um convite aos participantes para apresentar ou visualizar imagens de diferentes lugares de cultos, de diferentes manifestações religiosas. Sugerindo que identifiquem objetos materiais que representem a devoção ou a materialização dos milagres alcançados, da relação com o sagrado, os chamados ex-votos.



Fotografia 15. Igreja do Senhor do Bonfim – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 16. Sala dos Milagres da Igreja do Senhor do Bonfim – Icó/CE
Fonte: Mateus Leandro.

Na sequência da atividade, sugira aos participantes, individualmente ou em grupos, que escolham um objeto e a partir dele crie uma personagem e uma narrativa sobre a sua história de vida.

Para direcionar a atividade, pode sugerir perguntas com relação ao objeto, tais como: O que é e o que representa? De qual material é feito? Onde foi depositado? Pertence a qual manifestação religiosa? Quem produziu? O que ele representa para minha fé? Qual fato quero deixar materializado neste objeto?

Promova uma socialização das experiências e narrativas criadas sobre os objetos. Aproveite para ressaltar a importância da formação da sociedade local a partir da religiosidade, como elemento para reconhecimento dos espaços sagrados, do respeito à memória e da preservação dos locais de culto, guardando a afetividade que as pessoas possuem com estes locais e seus objetos.

Para finalizar é importante promover uma sondagem sobre o que os participantes aprenderam.

Diversifique a atividade visitando locais de culto, salas de ex-votos, construindo modelos (em isopor, gesso, argila, dentre outros) ou realizando exposições de fotos ou desenhos.

Para aprofundar sobre o assunto leia:

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de; PRÊTRE, Clarisse. Entre a vida e a morte: a importância do ex-voto como elemento sógnico. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3K9UaaX>. Acesso em: 06 jul. 2020.

TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. **Sacrilegens**, v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3c9qe2b>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Oficina: A praça em festa: Vai passar o cortejo real!

Esta atividade pode ser aplicada com o objetivo de desenvolver uma compreensão sobre a formação do povo, repensando o papel dos africanos e afrodescendentes escravizados, percebendo a memória e o esquecimento na formação da história e cultura local. A atividade possibilita discutir ainda conceitos de memória, identidade e patrimônio.

Para iniciar a discussão sobre a participação dos africanos e afrodescendentes escravizados, sugira aos participantes a leitura de um texto em forma de poema ou letra de música. Como, por exemplo, a letra da música *Povo Guerreiro*, composta por Ricardo Rabelo e Willian Borges, interpretada pelo cantor Criolo, que traz elementos importantes e atuais ao debate. A partir da leitura pode ser promovida uma discussão sobre a participação dos povos negros no processo de construção da sociedade local, seu protagonismo no processo abolicionista e como elemento formador da cultura, buscando perceber a concepção que o grupo tem sobre a história local.

Povo Guerreiro

Criolo

Nossos ancestrais

Lutaram pela liberdade

Contra tudo e contra todos

O negro nunca foi covarde

Fugiu da senzala

Refugiou se nos quilombos

Conquistou a liberdade

Mas em busca da igualdade

Ainda sofre alguns tombos...

Enriqueça o debate propondo uma análise de documento histórico que demonstra o protagonismo negro na história local. Como sugestão, organize os participantes em grupos e proponha a leitura da transcrição do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Icó, uma irmandade religiosa formada em sua maioria por pretos livres e alforriados, que professavam a fé católica, mas mantinham a unidade e identidade cultural.

A partir do documento promova uma discussão sobre questões como a formação de irmandades negras e o que isso representava para a manutenção da identidade dos povos escravizados, sobre a contribuição para a formação do povo do lugar e participação no processo abolicionista, buscando também compreender que elementos dessa memória foram mantidas ou esquecidas na história oficial.

Por fim, sugira aos participantes conhecerem mais sobre a participação dos africanos e afrodescendentes na história local, levantando informações sobre os processos de escravidão e abolição em que a cidade de Icó/CE teve um protagonismo na província do Ceará, compreendendo na perspectiva luta e resistência.

Diversifique a atividade propondo a realização de uma sessão da Irmandade ou a apresentação de um cortejo nas festividades de Nossa Senhora do Rosário. Utilize, se possível, o pátio da igreja e a rua do meio (Rua General Piragibe), analisando os aspectos arquitetônicos destes espaços e sua configuração social na época e atualmente.



Fotografia 17. Praça da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Para saber mais:

CAMPOS, Eduardo. **As irmandades religiosas do Ceará provincial:** apontamentos para sua história. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980. Disponível em: <https://bit.ly/3c4akpM>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CRIOLO. **Povo Guerreiro** [2018]. Disponível em: <https://bit.ly/3AxYcH1>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 7, n. 12, p. 347-366, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3pwPKBs>. Acesso em: 28 jul. 2020.

Oficina: Conversas no Mercado Público

Esta atividade busca um resgate sobre o cotidiano e as narrativas que são construídas no decurso do tempo, utilizando do Mercado

Público como um lugar para encontros entre diferentes personagens. O trabalho com narrativas históricas possibilita aos participantes conhecerem a história oficial, narrada nos documentos e livros didáticos, mas também abre a possibilidade para uma análise crítica sobre quais as personagens citadas, sob qual ótica as narrativas foram criadas pela história oficial e quais personagens e fatos foram esquecidos.

Como sugestão, utilize livros ou textos com narrativas que abordam a história local. A atividade pode ser realizada em pequenos grupos para facilitar a troca de opiniões.

O mediador pode indicar alguns fatos históricos para atividade ou sugerir aos grupos que escolham. Importante que o fato seja analisado e percebidos aspectos como: o período em que ocorreu, aspectos relevantes, as personagens envolvidas e aquelas que poderiam fazer parte mas que não foram citadas.

Em seguida, sugira ao grupo a socialização dos fatos narrados, recriando uma narrativa a partir de personagens que não estão na história oficial, mas que foram testemunhas da história. Com isso, busque estimular uma recriação da narrativa sob outras perspectivas. A recriação de um ambiente como um mercado público ou a praça de comércio como lugar de encontro das personagens fortalece a compreensão sobre o período.

Para dinamizar a atividade, realize uma visita ao Mercado Público ou promova a conclusão das atividades no referido espaço. Sugira também aos participantes que usem uma caracterização das personagens.



Fotografia 18. Praça interna do Mercado Público – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Para saber mais:

DE SIMONE, Renan. A narrativa da cidade – o espaço privado e os invisíveis. **Leitura Flutuante:** Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise, v. 4, n. 2, 2012.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. **Construindo Icó.** 1. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3T4GB0L>. Acesso em: 12 maio 2019.

Oficina: O ofício dos construtores

Em atividades com educação patrimonial é importante trabalhar os conceitos sobre patrimônio e preservação. Em um lugar como a cidade de Icó que possui bens tombados ou registrados, possibilita aos participantes conhecer o espaço na ótica do reconhecimento e da valorização dos bens que justificaram a patrimonialização e o tombamento. Nesta atividade, os participantes podem

buscar compreender o contexto do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó/CE, discutir sobre as ações de gestão do patrimônio e como elementos importantes para a preservação da memória local.

Inicie a atividade com um poema ou texto que aponte uma relação de identidade do autor com a cidade e o patrimônio. Como sugestão, utilize o poema “Tardes de Icó” de autoria de Getúlio Oliveira, extraído do livro *Partejar de Versos*. Com uma declaração de amor ao lugar, o poeta ressalta aspectos da geografia, da arquitetura e do cotidiano, estimulando o leitor a buscar compreender na relação de identidade a busca pela preservação da memória individual e coletiva.

Tardes de Icó

Getúlio Oliveira

*Tarde de sol arrebol
Nas tardes quentes sou amante vivente
Das terras de Icó
Amor distante eu sou
Declarado amante
Caliente, ardente
Sobrevivente das terras quentes de Icó
Belo amor, vida e flor
Que além de amar proclama
Reclama a distância
Da terra querida
Preguiça dormida
Nas tardes de Icó*

*No final de ano
Arrumo minhas malas
Eu junto minhas tralhas corro pra você
O meu paraíso
Pros demais perdido
Mas nunca esquecido pra quem ama você
Sou menino moleque
Sou garoto pivete*

*Sou rapaz que aclama meu interior
Onde eu joguei bola
Plantei minha história
Fiz grandes amigos
Meu primeiro amor*

*Te adoro querida com teus casarões
Que atravessam o tempo como guardiões
Tuas ruas largas, teus becos estreitos
Tua história imensa*

*Ver-te vagarosa dá no peito um nó
E me comprometo lutar por mais vidas
Nas tardes de Icó*

*Princesa menina
Sou teu escultor
Fiz pacto contigo
Num caso de amor
No Largo Théberge
Já não sou um só
Encontro contigo no sol preguiçoso
De dias vividos
Nas tardes de Icó*

*Cadê teus poetas pra cantar tuas glórias
Cadê teus artistas pra doirar os teus sonhos
Cadê teus artífices pra moldar o teu tempo
Cadê teus amantes pra te fazer andante*

*Mesmo bem distante
Em meu peito arfante
Presente sempre estará*

*Somos dois cristais
Anjo querubim
Eu amando a ti
Tu amando a mim*

Para esta atividade o mediador pode usar ou orientar para a criação de mapas da cidade. Importante que os participantes conheçam a geografia da cidade, suas áreas tombadas e de proteção. Nestas áreas podem ser destacados os bens que compõem o conjunto urbanístico e arquitetônico, seus estilos, datações e como ocorreu o processo de formação histórica das ruas. Como material de apoio podem ser usadas cartilhas, folhetos ou documentos que apresentem os mapas. O mediador pode levar os participantes a refletir o processo de preservação, os desgastes e alterações, as práticas e usos dos bens tombados e a importância do tombamento.



Fotografia 19. Teatro da Ribeira dos Icós – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 20. Casa da Câmara e Cadeia – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografía 21. Mirante – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Dinamize a atividade através de uma visita guiada, utilizando mapas para identificação no local dos prédios. Estimule uma pesquisa sobre estilos arquitetônicos. Trabalhe com a elaboração de mapas, utilizando fotografias ou desenhos. Promova uma atividade que estimule a compreensão sobre preservação e gestão de patrimônio como ação coletiva entre instituições e população.

Para saber mais:

ALVES, Laura G.; KIST, Karina. **Arquitetura no Brasil**. Chapecó, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3AbyDKq>. Acesso em: 30 jul. 2020.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Arte Colonial. **História das Artes**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3K3ZaxW>. Acesso em: 30 jul. 2020.

TOGNON, Marcos. O desenho e a história da técnica na arquitetura do Brasil colonial. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 547-556, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3c78nJ6>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Oficina: Do caminho das boiadas ao traçado das ruas de Icó/CE

Esta atividade tem como objetivo desenvolver uma compreensão sobre o lugar, a partir dos elementos físicos como o espaço geográfico, o processo de ocupação e urbanização, identificando as transformações ocorridas ao longo do tempo. A proposta se baseia no estudo de documentos, escritos e fotográficos, possibilitando a percepção de como o espaço físico foi registrado, as permanências e mudanças, e como a comunidade se percebe neste espaço no tempo presente.

A Carta Régia de Criação da Vila de Icó, datada de 1736, é um documento relevante e que apresenta informações que possibilitam a compreensão sobre o objeto desta atividade. Importante destacar entre os participantes que o documento do século XVIII apresenta

uma linguagem diferente da que eles estão acostumados, por isso, a transcrição ajudará na compreensão.

A partir da leitura do documento, sugira a identificação de elementos relevantes para a formação do espaço urbano e constituição política do lugar. Importante situar o lugar no espaço geográfico, os elementos naturais e a localização no mapa do Ceará e Brasil. O estudo de mapas do século XVIII podem complementar este estudo.



Fotografia 22. Largo do Theberge – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Em seguida, para que os participantes compreendam como a preservação dos bens materiais foram fundamentais para a escolha do conjunto urbanístico e arquitetônico da cidade de Icó/CE como patrimônio cultural, proponha um trabalho com imagens em contraste entre o período anterior ao tombamento e atualmente. Para isso, podem ser montados cartões com a sobreposição das imagens (como sugestão utilize fotografias da cidade de Icó/CE em diferentes épocas, como as disponíveis no acervo Catálogo Fotografias IBGE).



Fotografia 23. Largo do Theberge – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Ao final, solicite aos participantes que analisem nas imagens os aspectos urbanísticos e arquitetônicos que permanecem desde a criação da vila, o que foi alterado e recuperado, percebendo os impactos que o tombamento provoca na preservação da memória local.

Dinamize a atividade realizando uma visita guiada pelas ruas do sítio histórico, seguindo o traçado das ruas como disposto na Carta Régia de criação da Vila de Icó/CE ou a elaboração de um roteiro utilizando fotografias ou desenhos. Sugira aos participantes a criação de um documentário em vídeo sobre as impressões da visita.

Para saber mais:

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. A cartografia histórica: do século XVI ao XVIII. Disponível em: <https://bit.ly/3dvvg9t>. Acesso em: 01 ago. 2020.

IBGE. Biblioteca. **Catálogo Fotografias Icó-CE**. Disponível em: <https://bit.ly/3A4UrHL>. Acesso em: 01 ago. 2020.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 133-163, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3K4dkix>. Acesso em: 31 jul. 2020.

Oficina: Que os ventos do Aracati nos tragam notícias

O título da atividade remete ao Vento Aracati, que corta o Ceará acompanhando as margens do Rio Jaguaribe, passando no Icó entre o fim da tarde e o início da noite, e que permeia o imaginário sertanejo. Assim como o Vento Aracati, foram as viagens dos exploradores e cientistas pelo interior do Ceará. Dessa forma, a proposta da atividade é fazer com que os participantes conheçam as narrativas sobre o modo de viver e os costumes do lugar, percebendo o que se tornou fato histórico e o que foi esquecido com o passar do tempo. Para isso, proponha um trabalho de análise de documentos,

registros de viagens, notícias e anúncios de jornais, para estimular a reflexão a partir de diferentes narrativas.

Inicie a atividade sugerindo a pesquisa ou leitura de escritos de viagens pelo interior do Ceará e que apresentam relatos sobre a cidade de Icó. Os relatos da viagem do naturalista britânico George Gardner que percorreu o território brasileiro entre 1836 e 1841, passando pelo Ceará num trajeto entre Aracati e Crato, passando pelo Icó. E os manuscritos de Freire Alemão, botânico, membro da Comissão Científica que passou pela cidade de Icó/CE no ano de 1859. Importante utilizar transcrições dos textos para facilitar a compreensão dos participantes.

Para que os participantes percebam outras narrativas sobre o lugar, sugira a pesquisa ou leitura de Jornais de circulação durante o século XIX. O *Jornal Araripe* (1855-1864) produzido pelo Partido Liberal do Crato é uma importante fonte de notícias e anúncios do interior cearense neste período e em algumas edições há menções sobre a cidade de Icó.

Como atividade proponha a realização da leitura dos textos/documentos em grupos e oriente para que identifiquem o lugar na perspectiva do estrangeiro, os aspectos do cotidiano que foram relatados, o modo de ser e viver na época das narrativas. Os aspectos identificados podem ser confrontados com a atualidade, como reflexo do passado ou a construção de novos modos de viver. Importante destacar como estes aspectos colaboram para a construção da identidade local, hábitos, costumes, tradições e perceber as mudanças em tempos diferentes.

Dinamize a atividade sugerindo a construção de jornal mural, com notícias/anúncios da época e atuais. Caso a Escola disponha de recursos digitais o jornal pode ser elaborado para distribuição com os alunos nas redes sociais. Uma outra dica é promover visitas a lugares com paisagem urbana histórica ou outros lugares e solicitar a construção de um roteiro de viagem, para que os participantes relatem suas experiências no lugar e os aspectos do cotidiano que foram observados.

Para saber mais:

ALEMÃO, Freire. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 81, 1964. Disponível em: <https://bit.ly/3c0Za5n>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUIDA E JOSÉ MINDLIN. Disponível em: <https://bit.ly/3dWkxVS>. Acesso em: 04 ago. 2020.

JORNAL O ARARIPE (1855-1864) – Acervo Digital da Biblioteca do Arquivo Nacional. Disponível em: <https://bit.ly/3dvwul5>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Oficina: Sarau artístico e literário

A proposta da atividade é usar as produções artísticas e literárias que tem a cidade de Icó como tema, como recurso para desenvolver a educação patrimonial, a partir da valorização da cultura e do reconhecimento dos valores identitários locais.

Inicie a atividade fazendo um levantamento sobre como os estudantes compreendem a cultura e a arte desenvolvida na cidade, ressaltando os aspectos atuais e a relação com o passado. Apresente como recurso para compreender o cotidiano da cidade no século XIX, os manuscritos de Freire Alemão. A partir da leitura, discuta aspectos como o conceito de cultura, o modo de fazer, a educação e o papel dos diferentes agentes sociais em diferentes tempos.

Para promover a atividade de sarau, selecione ou apresente textos produzidos por poetas, cordelistas, compositores, memorialistas que retratam a cidade de Icó. Estimulando os estudantes a compreender os aspectos que foram destacados nos textos e como estes possibilitam compreender a identidade local, expressam o modo de viver no passado e presente, bem como a relação com o patrimônio cultural.

Por fim, promova um sarau com os participantes recitando os textos selecionados e apresentando suas impressões sobre o lugar.

Dinamize a atividade organizando um acervo de obras de autores locais. Realize o sarau no interior de um bem tombado (sobrado ou Teatro). Estimule a realização de outras manifestações artísticas como desenho, pintura, escultura, esquetes teatrais, dentre outras.

Sugestão de materiais:

COUTO, Pe. Francisco de Assis. **Monografias**. 1. ed. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1958, v. I.

DRULUCCA, Pedro Lucca. **Tamarineiros**. [2016]. Disponível em: <https://bit.ly/3c3ZXck>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Maria Eleneuda de. **Princesa dos Sertões**. 1. ed. Fortaleza: Tropical, 1996, v. 1.

LIMA, Miguel Porfírio de. **Icó em Fatos e Memórias**. 1. ed. Icó: [s.n.], 1995, v. I.

LIMA, Miguel Porfírio de. **Icó em Fatos e Memórias**. 1. ed. Icó: [s.n.], 1998, v. II.

OLIVEIRA, Clairton. **O eco da pedra**. Crato: Stampa Comunicação, 2000.

OLIVEIRA, Getúlio. **Partejar de versus**. Icó: Stampa Comunicações & Marketing, 2001.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. **Construindo Icó**. 1. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3T4GB0L>. Acesso em: 12 maio 2019.

Oficina: Eu, guia do patrimônio de Icó/CE

Esta atividade pode ser proposta com o objetivo de despertar nos participantes o interesse pela educação patrimonial, a partir da atividade de guia, tornando-os protagonistas no processo. Ao propor que sejam identificados, selecionados e apresentados os bens

culturais do lugar, se pode pensar também em ações para sensibilização para a preservação e também de fomento ao turismo cultural.

Distribua entre grupos de participantes materiais sobre o patrimônio cultural local (livros, panfletos, cartilhas ou materiais digitais, conforme disponibilidade) e solicite que pensem como guias culturais para criar um roteiro de visitação à cidade e ao conjunto de bens tombados. Sugira a criação do roteiro com 10 (dez) pontos. Ao selecionar os pontos do roteiro, proponha que sejam levantados dados sobre cada ponto a ser visitado, considerando os aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e outros elementos relacionados à gestão e preservação.

O roteiro pode ser apresentado em forma de cartazes (papel), digital (apresentação de *slides* ou em formulário eletrônico). Ideal que os roteiros sejam socializados entre os grupos e se possível, vivenciados no conjunto tombado. Podendo ser trabalhada a construção de mapas para facilitar a compreensão sobre os roteiros.

Na conclusão da atividade promova uma discussão sobre o aprendizado com a criação do roteiro de visitação, mas busque fomentar outros questionamentos como a visão dos moradores e visitantes com relação aos bens eleitos como patrimônio, como se pensa a preservação da memória local e como os participantes podem se engajar em ações em defesa do patrimônio.



Fotografia 24. Igreja do Rosário – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Diversifique a atividade solicitando que os grupos criem jogos a partir do roteiro, em formato de trilha, impresso ou digital. Sugira que os grupos busquem informações sobre os bens eleitos entre os moradores do lugar, a impressão sobre o valor cultural e a identificação com sua história pessoal.

Para saber mais:

IBGE. Biblioteca. **Catálogo Fotografias Icó-CE**. Disponível em: <https://bit.ly/3A4UrHL>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. **Construindo Icó**. 1. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3T4GB0L>. Acesso em: 12 maio 2019.

Oficina: Patrimônio e presente, um diálogo possível (?)

Com o objetivo de fomentar a discussão sobre preservação, tombamento e o diálogo com o presente, proponha uma atividade de pesquisa e análise sobre o processo de tombamento e preservação, para que os estudantes compreendam a trajetória da patrimonialização, os aspectos que foram relevantes para que a cidade fosse tombada como patrimônio cultural e o diálogo entre sociedade e patrimônio.

Proponha uma pesquisa em arquivos de jornais (em sites ou matérias pré-selecionadas) com matérias que tratam sobre a cidade de Icó, relacionadas ao tombamento e às ações de preservação.

A partir do material selecionado promova uma reflexão sobre aspectos como: o processo de tombamento, os impactos do tombamento no cotidiano da cidade, ações de preservação, as intervenções no patrimônio arquitetônico, a relação da comunidade e do poder público com os órgãos de preservação.

Com base nas discussões, organize os participantes em grupos. Sugira que os grupos elaborem uma análise sobre o processo de tombamento e seus impactos. Em seguida, sugira a elaboração de propostas para preservação com envolvimento da comunidade. Conclua a atividade com a socialização dos resultados das análises e as propostas de intervenção.

Diversifique a atividade com o estudo de projetos, elaborados por arquitetos, de intervenções e preservação do conjunto arquitetônico. Convide arquitetos, historiadores ou representantes da comunidade para discutir propostas para o patrimônio. Estimule a elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.



Fotografia 25. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.



Fotografia 26. Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Icó/CE

Fonte: Mateus Leandro.

Para saber mais:

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3pvu8FJ>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BORTOLOTTI, Plínio. Ameaças após tombamento em Icó. **O Povo**, Fortaleza, 27 abr. 2010. Caderno Ceará, p. 10.

CÂNDIDO, Pedro Lucca Freitas. Cactus – Centro de arte, cultura e turismo sertanejo. 2015. 96f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <https://bit.ly/3ChExfL>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DIOGO, Érica *et al.* **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3c1wOlc>. Acesso em: 08 ago. 2020.

Jornal Diário do Nordeste

Icó terá seus prédios históricos restaurados. 23 de abril de 2003.

Ameaças após tombamento em Icó. 27 de abril de 2010.

Demolição de imóvel irregular. 25 de maio de 2011.

Iphan decide embargar obra em Icó. 09 de junho de 2011.

Iphan promove audiência. 21 de junho de 2011.

Área turística de Icó precisa de urbanização. 15 de dezembro de 2012.

Verba federal vai recuperar imóveis históricos privados. 11 de julho de 2014.

Teto do antigo mercado de Icó desaba. 29 de outubro de 2014.

Jornal O Povo

Ameaças após tombamento em Icó. 27 de abril de 2010.

ANEXO

Para ter acesso aos materiais indicados para realização das oficinas, digite o link a seguir na barra de endereços do seu navegador, ou acesse pelo QR Code.

https://bit.ly/material_edpatrimonial



REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. Sobre uma história do Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, 1899.
- ALEMÃO, Freire. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 81, 1961.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez editora, 2008.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2PhMLxa>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília, 1997.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 133-163, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3wg76GD>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- MARTINS, Paulo Henrique Souza. Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881-1934). **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História**, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3c2qpfP>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MELO, Cristiane Castro Feitosa; CRUZ, Maria Lucia Brito. O processo migratório no Ceará: evidências a partir da microrregião do Sertão dos Inhamuns. **Geosul**, v. 31, n. 61, p. 201-226, 2016.

NAJJAR, Jorge Nassim Vieira; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Os conceitos de campo e habitus em Pierre Bourdieu e sua (possível) aplicação à Política Educacional. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-23, 2019.

NASCIMENTO, José Clewton do. **Uma princesa ‘tombada’ às margens do rio Salgado**: Dinâmica Urbana e Ações Preservacionistas na Cidade de Icó, CE. 2002. 1 v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PUNTONI, Pedro. O país dos tapuias. A guerra dos bárbaros. *In*: PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. (Estudos Históricos, v. 44).

ROLIM, Leonardo Cândido. **“Tempo das carnes” no Siará Grande**: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690-c. 1802). 2012. 245f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Esta Cartilha é parte da dissertação intitulada “Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Regional do Cariri (Urca), 2021, de autoria do Prof. Me. Antonio José Lima Pereira, sob orientação da Profa. Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis.

As fotografias foram gentilmente cedidas pelo fotógrafo Mateus Leandro.

A obra foi publicada com recursos próprios.

Título	Estratégias didáticas em educação patrimonial: Icó/CE um lugar de memórias
Autor	Antonio José Lima Pereira
Assistência Editorial	Andressa Marques Taís Rodrigues
Capa	Guilherme Cardoso
Projeto Gráfico	Leticia Nishihara
Preparação	Talita Franco
Revisão	Marcia Santos
Formato	14x21
Número de Páginas	84
Tipografia	Adobe Garamond Pro
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Dezembro de 2022

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.



Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315

 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100